

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “HORTA TERAPIA COMUNITÁRIA” NA PERIFERIA DE ALFENAS-MG: UM ESTUDO DE CASO

Lara Mendes da Silva¹

Flamarion Dutra Alves²

Clara Ribeiro Silva³

RESUMO: O propósito deste artigo é evidenciar a execução do projeto extensionista “Horta Terapia Comunitária: Atividades contra os impactos da Covid-19 no bairro Recreio Vale do Sol, Alfenas-MG”, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Em decorrência da pandemia da COVID-19, o aumento do desemprego e alta inflacionária no preço dos alimentos, atingindo diretamente o acesso à alimentação saudável, tornaram-se problemáticas centrais para a criação do projeto. Assim, direcionou-se para a seguinte frente de organização: produção de alimentos e plantas medicinais para a comunidade; e realização de atividades socioeducativas ambientais para as crianças da comunidade. Enquanto método de pesquisa qualitativa, foi empregado o estudo de caso das interações cotidianas na horta, sendo realizadas observações-participante e levantamento das demandas de cultivo e distribuição de alimentos para as famílias. Conclui-se a notória importância do desenvolvimento da horta comunitária enquanto não apenas produtora de alimentos de base agroecológica, mas também, pela sua potencial capacidade de formação e integração social entre os sujeitos para o desenvolvimento autônomo e coletivo nas relações entre o consumo de alimentos saudáveis e da organização comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Fome; Pandemia; Agroecologia; Atividades sócioambientais; Crianças.

IMPLEMENTING THE PROJECT “COMMUNITY THERAPY GARDEN” IN THE PERIPHERY OF ALFENAS-MG: A CASE STUDY

ABSTRACT: The purpose of this article is to highlight the execution of the extension project “Community Garden Therapy: Activities against the impacts of Covid-19 in the Recreio Vale do Sol neighborhood, Alfenas-MG”, from the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG). As a result of the COVID-19 pandemic, the increase in unemployment and high inflation in food prices, directly affected access to healthy food and they, became

¹ Graduanda em Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Alfenas; bolsista de extensão (PROEX UNIFAL-MG); lara.mendes@sou.unifal-mg.edu.br

² Professor Associado do ICN e do PPGE da UNIFAL-MG; flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

³ Mestranda do PPGE da UNIFAL-MG; clara.silva@sou.unifal-mg.edu.br

central issues for the creation of the project. Thus, it was direction to the following organizational front: production of food and medicinal plants for the community and carrying out environmental socio-educational activities for children in the community. As a qualitative research method we carried out a case study of the daily interactions in the garden, with participant observations and a survey of the demands of cultivation and distribution of food for families. We concluded the notable importance of developing of the community garden as not only a producer of agroecological food, but also for its potential capacity for training and social integration between the subjects for autonomous and collective development in relations between the consumption of healthy food and community organization.

KEYWORDS: Hunger; Pandemic; Agroecology; Social environmental activities; Children.

IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO “HUERTA TERAPIA COMUNITARIA” EN LA PERIFERIA DE ALFENAS-MG: UN ESTUDIO DE CASO

RESUMEN: El propósito de este artículo es resaltar la ejecución del proyecto de extensión “Huerta Terapia Comunitaria”: Actividades contra los impactos de Covid-19 en el barrio Recreio Vale do Sol, Alfenas-MG”, en la Universidad Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Debido la pandemia COVID-19, el aumento del desempleo y alta inflación de los precios de los alimentos, que afectan directamente al acceso a una alimentación sana, se convirtieron en temas centrales para la creación del proyecto. Así, se dirigió al siguiente frente organizativo: producción de alimentos y plantas medicinales; y la realización de actividades socioeducativas ambientales para los niños de la comunidad. Como método de investigación cualitativa se utilizó el estudio de caso de las interacciones cotidianas en la huerta, con observación participante y relevamiento de las demandas de cultivo y distribución de alimentos a las familias. Concluimos la notable importancia del desarrollo de la huerta comunitaria como productor no sólo de alimentos sobre una base agroecológica, sino también por su potencial capacidad de formación e integración social entre los sujetos para el desarrollo autónomo y colectivo en las relaciones entre el consumo de alimentos saludables y la organización comunitaria.

PALABRAS CLAVE: Hambre; Pandemia; Agroecología; Actividades socioambientales; Niños.

INTRODUÇÃO

O Projeto Horta Terapia Comunitária atua no Residencial Jd. das Alterosas do Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1, no bairro Recreio Vale do Sol no

município Alfenas, situado no Sul de Minas Gerais, desde o ano de 2017, promovendo o cultivo de hortaliças, árvores frutíferas e plantas medicinais com os moradores. A partir do ano de 2021, com a criação do projeto “Horta Terapia Comunitária: Atividades Contra os impactos da Covid-19 no bairro Recreio Vale do Sol, Alfenas-MG”, por meio da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (PROEX UNIFAL-MG), o espaço da horta realiza duas frentes de atuação com a comunidade: a produção de hortaliças e plantas medicinais de base agroecológica e a promoção de atividades socioeducativas ambientais para as crianças do condomínio e bairros periféricos próximos, como Pinheirinho e Jd. São Paulo.

A origem do espaço da horta ocorre em meio a iniciativa dos moradores e da Prefeitura de Alfenas com a instalação de cerca e plantio de árvores frutíferas em uma área comum do conjunto, anteriormente sem uso determinado. Com isto, a transformação do espaço possibilitou a criação de área agricultável no urbano. Atualmente, o espaço oferece acesso a 79 espécies, como árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais catalogadas pelo projeto e que diariamente são procuradas pela comunidade. Essas espécies possuem finalidades variadas, desde o tratamento para gripe, dores de cabeça, estômago, rins, queimaduras, bem como, temperos, hortaliças e legumes disponíveis no espaço.

De forma geral, as hortas comunitárias exigem contínuas ações para sua permanência, como manejos, manutenção do espaço, irrigação e plantio. Além dos esforços práticos, um dos principais desafios para o das hortas comunitárias é a consolidação de uma construção coletiva e de auto organização significativa de acordo com a realidade, correspondente as demandas atuais da comunidade. Nesse sentido, a perspectiva de atuação do projeto caminha na direção da produção de hortaliças, legumes e plantas medicinais para as famílias do condomínio durante a pandemia da COVID-19, e ao mesmo tempo, busca-se

formas de integração desta comunidade com o espaço da horta a partir da realização de atividades socioambientais.

Desde o mês de agosto, o projeto realizou o plantio de hortaliças, legumes, plantas medicinais e árvores frutíferas por meio de mutirões e atividades, criando-se relações de convivência e aprendizagem mútua, bem como a entrega dos alimentos as famílias de maior vulnerabilidade social, contando com a participação de aproximadamente 30 famílias. Por esse ângulo, a universidade e a comunidade em ações extensionistas buscam possibilitar realizar práticas conjuntas entre o saber científico, aporte institucional e organização comunitária, que proporcionem uma diminuição/redução do impacto da Insegurança Alimentar e da fome, diante de uma crise conjuntural (econômica, social, política), agravadas durante a pandemia, como o desemprego e aumento do preço dos alimentos, que atingem diretamente as famílias de baixa renda moradoras do conjunto habitacional. Dito de outro modo, trabalhamos a extensão universitária como uma possibilidade de contribuir com a organização comunitária e a busca por medidas que visem mitigar ou até mesmo eliminar a fome na escala local.

O artigo tem como objetivos demonstrar resultados parciais da experiência de implementação do projeto no Residencial Jd. das Alterosas, no bairro Recreio Vale do Sol em Alfenas, associado às questões da importância das hortas urbanas nos bairros periféricos e a promoção de atividades socioeducativas enquanto caminhos de integração e construção de laços comunitários e potencial relevância de possibilidade de transformação social e política dos sujeitos e do uso do espaço, em meio ao contexto do aumento da insegurança alimentar durante a pandemia da COVID-19.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo está inserida no município de Alfenas, localizado na mesorregião sul/sudoeste do Estado de Minas Gerais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município de Alfenas em 2021 apresenta uma população estimada de 80.973 mil habitantes (IBGE, 2021), possuindo área de extensão de aproximada de 851.000 km².

O projeto Horta Terapia Comunitária está localizado no Residencial Jd. das Alterosas, no bairro Recreio Vale do Sol. O bairro está localizado na direção oeste do município, sendo uma destas regiões marcada pela concentração da população de menor renda, apresentando um distanciamento da área central de aproximadamente 4 km. O espaço da horta está inserido numa área verde do condomínio que possui 320m² de extensão (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Localização da horta no Residencial Jd. das Alterosas, Alfenas-MG.

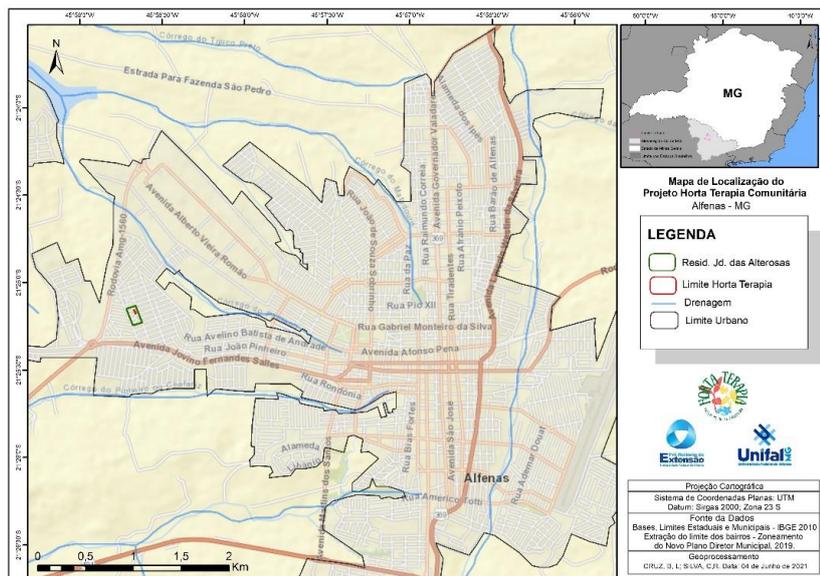


Figura 2 – Espaço da horta terapia. À esquerda: canterios de hortaliças e árvores frutíferas. À direita: canteiros das plantas medicinais. Residencial Jd. das Alterosas em Alfenas-MG.



Fonte: Autores (2021).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreender os objetivos propostos do projeto, o presente artigo é dividido em duas etapas: a primeira é a apresentação do levantamento bibliográfico dos principais teóricos referenciais direcionados às discussões sobre a hortas urbana e agroecologia; fome e pandemia; e atividades socioambientais, sendo estas relevantes para a estruturação teórica das problemáticas centrais do projeto; a segunda etapa estrutura-se no emprego do método qualitativo de pesquisa participante, sendo vinculado a técnica do estudo de caso para observação e análise das relações cotidianas entre o projeto da horta e o conjunto habitacional, por meio das atividades sociais promovidas no espaço. Assim, concordamos com Souza (2021, p. 46) sobre “A necessidade fundamental nesta contemporaneidade é o aprimoramento do conhecimento das disciplinas sobre o conhecimento do mundo”, ou seja, pesquisas participantes e que envolvam os reais problemas e contextos da sociedade.

Em relação ao método de pesquisa qualitativa participante, vincula-se ao estudo de caso, onde este:

Trata-se de uma investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexas, com dimensões variáveis em interconexão. Isso exige, por um lado, a utilização de técnicas variadas em distintas escalas empíricas e, por outro, a integração dos dados por investigadores de diferentes áreas técnicas e do conhecimento. (ALMEIDA, 2016, p. 61).

Ainda de acordo com o autor, “o estudo de caso não é um procedimento metodológico específico, mas uma estratégia de pesquisa” (ALMEIDA, 2016, p. 70). Sua finalidade técnica é capaz de proporcionar análise dos fenômenos das múltiplas dimensões teóricas e empíricas presentes no projeto. O espaço da horta pode ser considerado enquanto objeto de estudo complexo e necessita de investigações sobre o lugar, como sua origem e informações qualitativas e quantitativas. Nesse sentido, é apresentada informações sobre a gênese de formação periférica do bairro e do conjunto habitacional, buscando evidenciar as relações de vulnerabilidade social intensificadas no cenário da pandemia:

Dessa forma, o estudo de caso não tem a pretensão de uma amostragem que culmine em uma generalização estatística, mas visa uma generalização analítica, em que certos mecanismos e dinâmicas do caso estudado operam de forma semelhante em outros casos, apesar das particularidades e diferenças contextuais (ALMEIDA, 2016, p. 64).

A pesquisa participante insere-se na execução de atividades vinculadas ao projeto durante o período dos meses de agosto a outubro de 2021, com implementação de atividades socioeducativas ambientais para as crianças aos sábados. Ao todo, foram realizados 10 encontros aos sábados, e 20 encontros durante os dias de terça e quinta feira para o manejo da horta. Com a observação das interações proporcionadas pelas atividades e as interações da comunidade com a produção e entrega dos alimentos, foi possível alcançar algumas considerações a respeito do cotidiano, bem como, alguns aspectos da vulnerabilidade social entre as famílias do residencial.

HORTAS URBANA E AGROECOLOGIA

A relação campo-cidade tornou-se mais ativa em tempos do desenvolvimento capitalista no campo e na cidade, intensificadas a partir da década de 1970, com o aumento dos fluxos migratórios da população rural para a cidade, transformando-a em redutos de uma identidade proletária. Uma dessas consequências é o aumento de populações pobres nas cidades médias e grandes, sobretudo nas periferias, sendo exigido um urbano ordenado, controlado e racional, tornando-se isto possível com os investimentos em infraestrutura, como o surgimento dos projetos de grandes conjuntos habitacionais no Brasil a partir do governo dos militares (DAMIANI, 1999).

Em relação a alimentação pela população de menor renda, Mougeot (2006) afirma que entre os países em desenvolvimento, como o Brasil, parte significativa das populações mais pobres gastam cerca de 80% de sua renda na aquisição de alimentos. Uma das alternativas para minimizar esses impactos é a criação de hortas nos espaços urbanos, o que se denomina agricultura urbana: “la agricultura urbana puede ser descrita como el cultivo, el procesamiento y la distribución, con fines alimentarios y no alimentarios, de plantas y árboles y la cria de ganado, tanto dentro como en la periferia de un área urbana” (MOUGEOT, 2006, p.5).

Assim, a

agricultura urbana aprovecha recursos (espacios usados o subutilizados, residuos orgánicos), servicios (extensión técnica, financiamiento, transporte) y productos (agroquímicos, herramientas, vehículos) encontrados en esa área urbana, generando a su vez recursos (áreas verdes, microclimas, compost), servicios (abastecimiento, recreación, terapia) y productos (flores, aves de corral, lácteos) en gran parte para esa misma área urbana (MOUGEOT, 2006, p.5).

Essa diversidade de oportunidades é uma das qualidades da agricultura

urbana, pois num espaço reduzido, com baixo preço e manutenção, pode-se fazer a diferença entre moradores de um bairro, melhorar a qualidade da alimentação, e (re) criar espaços de socialização. Além disso, entre os participantes da agricultura urbana, destacam-se a participação de mulheres e crianças, conforme aponta Mougeot (2006):

Mujeres, niñas y niños siempre se cuentan entre los más vulnerables. De modo que no debe sorprender el hecho de que a menudo predominen las mujeres en la producción urbana de alimentos. La agricultura urbana — como medio de mejorar la seguridad alimentaria y de obtener ingresos suplementarios — es particularmente atractiva para las mujeres, pues les permite trabajar cerca de sus hogares y proveer alimentos adicionales para mejorar la nutrición de sus hijos (MOUGEOT, 2006, p.7).

A agricultura urbana pode proporcionar novas relações com o espaço urbano, com vistas a melhoria da qualidade ambiental, alimentar, econômica e sociocultural da população envolvida. De acordo com Zaar (2011) a agricultura urbana ou hortas urbanas se referem a ocupação de superfícies reduzidas e situadas no perímetro urbano, sendo realizadas principalmente em áreas vazias e se transformam em espaços comunitários e familiares, organizada por pessoas que vivem e trabalham nas cidades.

Os estudos de Gois, Alves e Branquinho (2018), sobre a agricultura urbana e periurbana em Alfenas, apresentam características de subsistência e de comercialização de hortaliças entre pequenos produtores em escala local:

A produção agropecuária no espaço urbano e periurbano de Alfenas é diversa e tem função de subsistência e de comercialização. Das 10 residências pesquisadas na área urbana, 7 produzem hortaliças, mandioca, milho, frutas ou criação de galinhas, sendo a produção basicamente para o consumo da família, entretanto 3 produzem para comercialização nas feiras livres da cidade de Alfenas, no próprio local e para supermercados e restaurantes, além de criação de peixes em açudes abastecidos pelas águas do córrego que atravessa o

perímetro urbano, ou seja, agricultura urbana desempenha um papel importante para as famílias que cultivam, bem como para o abastecimento do mercado local de alimentos (GOIS et al. 2018, p. 112).

Essas hortas ocupam predominantemente áreas periurbanas, caracterizadas enquanto espaços de transição entre o rural e urbano, próximo aos córregos e áreas de proteção ambiental, representando o uso diversificado das propriedades particulares, auxiliando na renda e no consumo de subsistência da população inserida nesses espaços.

Já a criação de hortas urbanas coletivas e comunitárias, enquanto possibilidade do uso comum do espaço, torna-se um desafio em áreas urbanizadas. As relações entre público e privado se chocam a partir da condição capitalista entre valores de uso e valores de troca. Sobre a criação de bens comuns em espaços urbanos, Harvey (2014) considera como uma “relação social instável e maleável entre determinado grupo social auto definido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social” (HARVEY, 2014, p. 145). As hortas comunitárias representam para além da questão do cultivo de subsistência, novas formas de uso, convívio e relação entre a natureza e a qualidade dos valores sociais com o solo e o espaço urbano.

Sobre a viabilidade em potencializar a produção de alimentos orgânicos no perímetro urbano, Aquino e Assis (2007), afirmam que o desenvolvimento da agroecologia é apropriado para o urbano, considerando ser necessário o apoio contínuo à essa prática, onde o poder público e instituições interdisciplinares fomentem de forma constante e persistente, visando a promoção da agricultura urbana.

Desta forma, torna-se importante considerar as dimensões da agroecologia enquanto importante ferramenta de transformação social nos espaços de produção de alimentos e das práticas sociais. Para além da rejeição do uso de agrotóxicos, fertilizantes e práticas da monocultura convencional em

larga escala, a agroecologia apresenta em sua origem o caráter alternativo e sustentável. Impulsionados pelos movimentos ambientais da década de 1960, conhecidos como movimento *hippie* e de contracultura nos Estados Unidos, denunciavam os impactos do modelo da indústria química e alimentícia contra a saúde humana e meio ambiente (RIBEIRO et al. 2017).

A dimensão agroecológica pode ser compreendida entre a relação da prática agrícola e social. A primeira compreende-se na busca pela produção de alimentos comprometidas com o equilíbrio ecológico e natural das dinâmicas de interação entre os processos bióticos (vivos) e abióticos (não vivos), correspondentes aos elementos presentes no solo, como minerais, seres decompositores, matéria morta, animais, realizando a ciclagem de nutrientes, que contribui para a formação e nutrição do solo; a segunda relação, prática social, envolve o manejo da biodiversidade, em seu mais amplo entendimento. Trabalha-se as dimensões sociais, políticas, humana, ideológica, econômica, ambiental e cultural, onde a produção de alimentos saudáveis, em ambientes equilibrados e o acesso ao alimento pelo homem, apresentam intrínseca relação para a transformação ecológica e crítica dos sujeitos (RIBEIRO et at. 2017).

374

A agroecologia aliada às hortas urbanas transforma-se num espaço de convivência e trocas ambientais e sociais. Compreende-se a agroecologia enquanto:

uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos

entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 2004, p. 23).

A construção das hortas urbanas voltadas às práticas agroecológicas ilustra iniciativas que devem acompanhar projetos políticos, ambientais e sociais, que visem a transformação dos sujeitos com os alimentos e os espaços urbanos. Requerem a consolidação de intervenções populares a partir da criação de coletivos, associações, grupos ou entidades que possam, para além da oferta de hortaliças de forma individual e isolada, deve fomentar o diálogo e reflexões de práticas socioeducativas e ambientais. Com isso, possibilita-se a participação dos sujeitos de forma crítica e consciente para uma alimentação saudável e acessível, transformação do espaço vazios para além das relações dos valores de troca e especulativas do urbano de mercadoria:

o trabalho com as hortas ganha outros contornos, pois situa o conceito de cidadania, para além da clássica noção de garantia de direitos, de cooperação e de bom convívio social, uma vez que transformar injustiças ambientais e protagonismos comunitários em temáticas educativas convida a pensar novas maneiras a partir das quais professores/as e estudantes podem romper com práticas formativas neutras, apartadas de compromisso social em direção à formação de sujeitos político-cidadãos (COSENZA, 2020, p.73-4).

A exemplo de organização espontânea e política entre hortas urbanas comunitárias, Zibechi (2015) aponta exemplos em Montevidéu, região metropolitana do Uruguai, em meio a uma forte crise econômica no país em 2002. O desemprego chegou a alcançar o patamar de 20% e a camada popular representava cerca de 80% de trabalhadores sem emprego formal, onde naufragaram entre o desemprego e as formas de trabalho informal. Nesse cenário de crise, iniciaram-se cerca de 200 hortas na zona urbana em espaços públicos, auxiliando na produção de alimentos de forma comunitária, além da

consolidação de laços entre os vizinhos, definindo relações “comunitárias”. Articulou-se uma ampla rede de “hortelões” na cidade, promovendo encontros de formação e feiras de trocas. Esse movimento representou uma possibilidade de produção autônoma em vias paralelas em relação ao mercado e das doações do Estado consideradas insuficientes pela população.

FOME E PERIFERIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

As crises econômicas e sanitárias, decorrentes da pandemia da Covid-19 têm efeitos em toda população, entretanto, seus impactos são mais sentidos nas populações mais pobres, que estão vulneráveis a várias privações socioeconômicas. O filósofo e economista Amartya Sen (2010) destaca que os problemas vão além da renda e do emprego:

[...] o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda de renda, como dano psicológico, perda da motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos (SEN, 2010, p.129-130).

376

Esses problemas alimentares e da fome são decorrentes de vários processos que, necessariamente, não estão associados à falta ou escassez de alimentos, muito pelo contrário, nas últimas décadas a produção por hectare está aumentando, além da produção mundial de alimentos ser maior que a necessidade da população (SEN, 2010).

Uma das alternativas propostas por Sen (2010) são políticas públicas que possam gerar renda mínima e emprego para as populações mais vulneráveis, com isso reduzindo a fome e os problemas decorrentes desse processo. Diz ainda sobre a omissão e perpetuação dessas desigualdades, com ausência de políticas dessa natureza. No caso brasileiro, durante a pandemia, vemos um descaso por parte do governo federal na efetivação de políticas públicas para

atender milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza e fome.

Considerando a importância da formulação de políticas públicas no combate da fome, considera-se que a criação e manutenção de hortas comunitárias inseridas com comunidades periféricas possibilitam para além da própria produção de alimentos, o reconhecimento das relações socioeconômicas e de insegurança alimentar. Isso ocorre a partir da convivência e interação com a comunidade que buscam espaços de produção de hortaliças também enquanto alternativa de subsistência de acesso aos alimentos.

Um dos fatores para a compreensão do agravamento da fome durante a pandemia, refere-se ao índice de desemprego, atingindo o patamar de 14,1% no segundo trimestre de 2021 no país (IBGE, 2021a). A questão do desemprego afeta diretamente na quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população. Além disso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), responsável em apontar as variações do custo de vida médio das famílias de 1 a 40 salários mínimos, é de 0,96%, o maior índice nos últimos 20 anos (IBGE, 2021b).

Estudos e pesquisas sobre a Insegurança Alimentar durante a pandemia da COVID-19 no Brasil demonstram o aumento alarmante do número de famílias que passam fome ou manifestam de forma significativa algum tipo de insegurança alimentar, como o baixo acesso a alimentos saudáveis (alimentos *in natura* ou minimamente processados), na redução de ingestão de alimentos e diminuição do número de refeições diárias (SCHAPPO, 2021).

A pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil”, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional e executada pela Vox Populi em dezembro de 2020, aponta que mais da metade da população, 116,8 milhões de brasileiros, convivem com algum tipo de Insegurança Alimentar (leve, moderada ou grave); destes, 43,4 milhões não possuem alimentos em

quantidade suficientes, e 19 milhões convivem com a fome (REDE PENSSAN, 2020). Esses dados são preocupantes na medida em que entendemos que qualquer nível de insegurança alimentar constitui uma situação de fome e/ou de privação ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Os índices também demonstram importantes relações entre a Insegurança Alimentar com a situação econômica, social, gênero, raça e localização geográfica, atingindo sobretudo as famílias rurais, desempregadas e emprego informal.

Compreende-se a formação urbana periférica nas cidades relacionadas aos processos da produção do espaço social enquanto contradição fundamentada nas sociedades capitalistas (CARLOS, 2013). Assim, as transformações no espaço, esse enquanto produção e produto de criação e realização do ser social, conduzem ao desenvolvimento desigual por meio da propriedade privada a partir da renda do solo. A articulação entre diferentes setores sociais determina as relações entre os valores de uso e valores de troca sob o direito à cidade, implicando em condicionantes configurações espaciais entre as relações sociais entre classes, raças e gênero.

Os processos históricos de formação urbana apontam para uma produção do espaço social imbricadas entre a força de trabalho produzida, tanto pela produção do espaço em si (praças, edifícios, habitações), quanto o valor produzido, relacionados a localização que seguem inseridos na lógica de valor de uso e de troca (mercadoria) da terra (VILLAÇA, 2001). Neste sentido, os aspectos de segregação e o acesso desigual ao espaço urbano demonstram a presença das relações de poder e domínio entre agentes que concebem e determinam a lógica produtivista do espaço. A exemplo, o Estado e estratégias empresariais/capital, excluem populações que apresentam diferenças de classe, raça e gênero. Para qual localização, direção, encontra-se essa população mais pobre?

Compreender essas questões iniciais de formação da periferia e seu

cotidiano, demandam reconhecer os espaços sociais “concebido” e “vividos”, determinados pelas políticas econômicas e estratégicas do Estado e de como a população está inserida na lógica das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 2013). Sobre a formação urbana de Alfenas, considera-se que a partir da década de 1960, o crescimento da população urbana ultrapassa a população rural.

De acordo com De Paula (2017), a formação do bairro Recreio Vale do Sol, na direção oeste do município, ocorreu a partir dos anos de 1990, com a atração de trabalhadores devido a diversificação da atividade econômica próxima ao bairro, sendo um dos fatores a criação do Distrito Industrial em meados da década de 1980. Foram instaladas importantes empresas do setor primário e secundário, como a indústria têxtil multinacional Unifi e exportadoras de café, Grão de Ouro. Sobre o setor oeste do município, este:

foi recebendo mais loteamentos, substituindo as paisagens de café, pastagens e eucalipto, por uma modificação que começava a apresentar casas e barracões em construção, começando a se instalar, paulatinamente, comércios e indústrias (DE PAULA, 2017, p. 31).

379

Assim, torna-se importante considerar estes fatores enquanto estruturantes, ao determinar o direcionamento dos bairros segregados, considerando a localidade e os diferentes acessos a infraestrutura da cidade para a população de menor renda, realocando no espaço a classe trabalhadora na consolidação do bairro.

Nesse sentido, sobre a formação periférica do bairro, Branquinho (2020) aponta que mesmo após os trinta anos de ocupação e consolidação do bairro, o fator da distância entre periferia e centro não deve ser considerado enquanto predominante aspecto da segregação social. Mas sim, a ausência de emprego, de infraestruturas e serviços básicos, áreas de lazer, atividades culturais e esportivas, onde as massas de trabalhadores vivem sob a condição de absorção e afastamento, de acordo com a orientação do mercado de trabalho em Alfenas.

ATIVIDADES SOCIOEDUTIVAS AMBIENTAIS E A INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA COM A HORTA

Qual o significado das ações socioeducativas ambientais enquanto prática e teoria para o projeto? Inicialmente, torna-se importante apontar o surgimento destas práticas num contexto de transformação política e social no contexto dos anos de 1990 com a nova ordem global. De acordo Lamosa (2017), é nesse período que os movimentos ambientais, originando práticas ambientais no contexto educacional e ambiental, preocupam-se com as questões planetárias que ultrapassam as diferenças de grupos sociais e étnicos. O projeto de dominação neoliberal após a Guerra Fria, emprega projetos ambientais de um capitalismo “sustentável”, disseminando para escolas, docentes e estudantes, uma possibilidade de cidadania e responsabilidade ambiental a partir das próprias empresas que degradam os rios, nascentes, oceanos e biomas para a exploração da natureza enquanto recursos para os capitalistas.

Dessa forma, as práticas sociais e ambientais devem se posicionar enquanto uma “educação social crítica”, onde “a tarefa colocada aos educadores, associados à educação ambiental crítica, é estabelecer os vínculos tantas vezes esquecidos entre trabalho e educação” (LAMOSA, 2017, p. 113). Reivindica-se um projeto de educação ambiental entre as crianças, jovens e adultos, capaz de apontar as intencionalidades do capital de dominação da classe trabalhadora, que ao mesmo tempo, dirige uma sociedade de espetáculo e do consumo dirigido, explora o homem e a natureza para seu processo de acumulação de riquezas.

O trabalho humano que produz o alimento a partir das vias agroecológicas deve estar comprometido com as transformações sociais dos sujeitos e do espaço onde vivem. As hortas urbanas e comunitárias necessitam estabelecer qual o projeto político a ser empregado, de acordo com a realidade local e da organização da comunidade:

Os educadores, nesse processo, devem estar informando, apontando relações, questionando a turma com perguntas e problemas desafiadores, trazendo a exemplos, organizando o trabalho a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes (vindos de suas experiências familiares, da comunidade e da própria escola) com novos desafios e novos conceitos (RIBEIRO et al. 2017, p. 34).

As atividades a serem desenvolvidas com os moradores no espaço da horta caminham na direção da importância de se reconhecer o trabalho humano como imprescindível para as relações da reprodução social, como a origem dos alimentos, as formas de plantio, os estágios da natureza, as estações do ano, a nutrição do solo e a presença dos seres vivos para o equilíbrio ecológico. A presença das crianças no projeto, estimula os integradores às práticas de plantio e reconhecimento da natureza enquanto essências no processo de aprendizagem e altruísmo com a natureza e comunidade.

Assim, a relação das crianças na horta possibilita:

381

A vivência se dá no encontro, na situação vivida e no modo de se afetar por ela. Portanto, partimos da ideia de que as vivências das crianças na natureza fortalecem seu vínculo com o mundo natural bem como fomentam o conhecimento local acerca dos ambientes, dos seres e dos processos naturais (TIBIRA; PROFICE, 2019 p. 9).

As atividades aos sábados com as crianças são focadas na educação ambiental, com práticas de plantio, semeadura de sementes, reflexão sobre manejo da natureza de forma sustentável economicamente e ecologicamente, e, sobre o uso das plantas, tanto seu benefício nutricional quanto medicinal. A partir da corrente prática da educação ambiental proposta por Sauv  (2005), as atividades educacionais consistem na aprendizagem na a o, pela a o e pela melhora desta, o que convida   reflexão durante a a o do curso do projeto. Desta forma:

O processo da corrente práxis é, por excelência, o da pesquisa-ação, cujo objetivo essencial é o de operar uma mudança num meio (nas pessoas e no meio ambiente) e cuja dinâmica é participativa, envolvendo diferentes atores de uma situação por transformar. Em educação ambiental, as mudanças previstas podem ser de ordem socioambiental e educacional (SAUVÉ, 2005, p. 29).

A atuação da horta visa a participação da comunidade, ou seja, o projeto extensionista busca combater a fome junto com a ação da comunidade e nessa ação transformar a realidade e o espaço a partir da reflexão sócio-crítica.

O foco das atividades educacionais é buscar junto com as crianças melhores caminhos para aquele espaço, a partir da compreensão do todo e das demandas sociais dali. Ressalta-se que as crianças do Residencial Jd. das Alterosas encontram-se fora das escolas desde o início da pandemia. Dessa forma, as atividades são, também, um meio de não isolar as crianças do processo educacional com interação social entre elas.

382

Por meio das ações educacionais, a interação da comunidade tornou-se mais efetiva, cativando a família das crianças a participarem na horta por meio de trocas de saberes e mudas, e, distribuição de ervas medicinais, hortaliças e legumes para alimentação.

Com isso, as ações educacionais mostraram benefícios com a troca e a aproximação com a comunidade, sendo essa aproximação respeitosa e ética com a autonomia e identidade da comunidade, como proposto por Freire (1996, p. 25): "O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros."

Com isso, o projeto propõe uma participação coletiva frente às necessidades socioambientais para que ocorra em coletivo reflexão de estratégias de mobilização comunitária, onde educandos e educadores educam-se em comunhão.

A ação de conscientização coletiva e de conhecimento da realidade vivida potencializam a emancipação social, fomentando o exercício da cidadania. Por isso, a educação ambiental se destaca por cumprir a função fundamental de transmitir cultura e formas de organização social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De forma inicial, o espaço onde a horta terapia se consolidou passou por transformação, sendo hoje uma área do residencial de maior biodiversidade ecológica e estratégico para socialização. Com as ações voluntárias desde o início do projeto, o espaço passou por um planejamento paisagístico, onde foram construídos canteiros com bambu, bancos com a reciclagem do pneu, plaquinhas de identificação personalizada pelas crianças e voluntários das espécies de planta e pinturas em torno da horta. Pode-se considerar que estas transformações locais fizeram com que a horta se tornasse um espaço mais atrativo para as crianças e as famílias para a interação social, devido às estratégias de manejo agroecológico e de organização comunitária (Figura 3).

383

Figura 3 – As transformações no residencial a partir da horta. À esquerda: implementação da horta em 2017. À direita: mutirão de plantio de hortaliças em 2021.



Fonte: Autores (2021).

Sobre os resultados de produção, a horta possibilitou desde o mês de

agosto a promoção de acesso aos alimentos e plantas medicinais as famílias do residencial. Entre a distribuição e busca, foi possível evidenciar dez tipos de alimentos e fitoterápicos, de acordo com maior relevância e busca pelos adultos: 1) alface; 2) couve; 3) cebolinha; 4) salsinha; 5) hortelã; 6) funcho; 7) guaco; 8) coentro; 9) alecrim; e 10) arruda. Foi possível observar que os moradores, majoritariamente mulheres e mães, buscavam hortaliças, temperos e chás para o complemento no preparo imediato das refeições, e também, o alívio de dores de cabeça ou cólicas de crianças.

As crianças por sua vez, são mais presentes na horta devido a religiosidade semanal das atividades, assumindo um papel ativo na transformação daquele espaço, tornando-o mais fértil e propício para produção de alimento. A ação participativa possibilitou maior identidade com o espaço, fazendo com que as crianças se sintam atraídas a buscarem a horta de forma autônoma para a manutenção de manejo da horta e para colheita. A identidade com o espaço é um dos pontos fundamentais para a ação transformadora, e para que a identidade ocorra, a educação ambiental deve ser uma prática comunal com a comunidade, por isso, o projeto está preocupado em se envolver diretamente com o cotidiano e cultura dos moradores do residencial (figura 4).

Figura 4 – Atividades e ações na Horta Terapia com as crianças. A: mutirão de plantio, agosto 2021; B: Entrega dos alimentos produzidos pelas crianças, setembro 2021; C: mutirão de plantio de árvores no dia das crianças, outubro 2021; e D: atividade com as crianças, agosto, 2021.



Fonte: Autores (2021)

Espaços que buscam liberdade e pelo que alegam as crianças em comunhão com a natureza, são espaços de potência, visto que as crianças se atraem com brincadeiras que envolvem o natural, como a terra, água, observação de animais e plantas, o que intensifica a identidade pelo local. Entendendo isso, a responsabilidade com o desenvolvimento pleno das crianças possibilita o “exercício das potências de autoexpressão e autoexpansão”, compreendendo como um espaço de viver o que é bom (TIRIBA; PROFICE, 2019). Junto à identidade da horta como um espaço de viver o bom, tem-se a ação reflexiva sobre a transformação do mesmo, o que possibilita certo engajamento sócio-ecológico do que é direito e deveres enquanto cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da integração do projeto na horta com as crianças, percebeu-se que ao chegarem no espaço, algumas delas relataram para os integradores questões relacionadas à fome e à insegurança alimentar. Possivelmente, considerando os impactos da pandemia e o desemprego, muitos não haviam realizado refeições diárias básicas, como café da manhã e almoço. A partir disso, uma das preocupações entre os integrantes, foi a promoção de lanches e cafés comunitários após as atividades, sendo oferecido para as crianças bolos, pães e tortas caseiras todos os sábados. Considerando a importância do cuidado por Boff (1999, p. 2), ele é “o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado encontra-se o ethos fundamental humano”.

A questão da fome, esta enquanto problemática central para a realização do projeto, observa-se que o espaço da horta em relação a uma ampla produção de hortaliças para a comunidade, exige melhorias em relação a maior produção no seu sentido quantitativo, ampliando um número maior de famílias a ser beneficiadas pelo projeto. Assim, a produção de alface, mandioca, beterraba, cenoura, abóbora, pimentão, alimentos de maior valor nutricional, necessitam de maiores espaços, bem como, a inserção do trabalho voluntário entre moradores. Sendo então, um novo desafio para o projeto pensar novas estratégias.

Dessa forma, a possibilidade de uma organização comunitária autônoma de um grupo num determinado grupo no espaço da horta auxilia a distinguir os bens públicos e privados, construindo relações de troca e de saberes, de alimentos e trabalho, valorizando as relações de uso e convívio social. A implementação da horta comunitária, enquanto projeto de extensão visa promover a produção de alimentos saudáveis e a emancipação social.

O estímulo a essa organização deve ser realizado de forma consciente e ativa, evitando apenas a coleta de informações e algumas atividades por meio de

pesquisadores, do qual não mudam a realidade local a partir da busca por autonomia da própria comunidade. Paulo Freire (1989) considera que o técnico intelectual que se aproxima dos moradores, do qual formula listas e críticas sobre os problemas, apenas informa sem interagir e sem politizar.

É preciso buscar ações reflexivas e críticas, onde as pessoas possam aprender a aprender, onde possam despertar horizontes de possibilidades. Assim, a organização entre as famílias não se reduz apenas por meio de práticas solidárias com a distribuição de alimentos, mas sim, com a promoção de formação crítica entre os sujeitos. O diálogo, a partir das problemáticas locais, apoiadas na teoria sobre as questões do acesso e consumo de alimentos, é uma das orientações para a consolidação de uma construção coletiva e fortalecimento da integração entre universidade e comunidade de forma crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

387

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALMEIDA, R. Estudos de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ABDAL, A. (Orgs.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc-SP/Cebrap, p. 60-72, 2016.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan-jun. 2007.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano compaixão pela terra. Petrópolis (RJ): Vozes; 1999.

BRANQUINHO, E. dos S.; BERNARDES, R. S. **O uso da Fotografia Aérea com Pipa na Construção da Geografia**. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2020.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.

A Cidade Contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, p. 95-110, 2013.

COSENZA, A. Potencialidades Pedagógicas das Hortas Escolares Agroecológicas. In.: **Convergências Socioambientais:** Pesquisas em permacultura, agroecologia e educação ambiental. 1 ed. Macaé: Editora Nupem, p. 68-77, 2020.

DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, p. 48-61, 1999.

DE PAULA, I. R. **Trabalhando a educação geográfica para o direito à cidade na escola** - para que tem servido a nossa geografia? 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2017

FREIRE, P. NOGUEIRA, A. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular, Petrópolis: Vozes, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOIS, R. C.; ALVES, F. D.; BRANQUINHO, E. S. Agricultura Urbana e Periurbana e dos Conflitos da Especulação Imobiliária em Alfenas-MG. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 43, n. 1, 2018. p. 107-118.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD. **Desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 de outubro de 2021a.

IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preço ao Consumidor: SNIPC. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: IPCA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

LAMOSA, R. A. C. A educação ambiental em disputa: a luta de classes na escola pública. In: RIBEIRO, D.; TIEPOLO, E.; VARGAS, M.; SILVA, N. **Agroecologia na educação básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, p. 107-116, 2017.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013

MOUGEOT, L. J.A. **Cultivando mejores ciudades**: agricultura urbana para el desarrollo sostenible. Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Leitura técnica**: Plano Diretor de Alfenas. Alfenas: 2006.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf. Acesso: abr.2021

RIBEIRO, D.; TIEPOLO, E.; VARGAS, M.; & SILVA, N. **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental**: Pesquisa e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança Alimentar em Tempos de Pandemia da Covid-19. **SER Social**, v. 23 n. 48, 2021. p. 28-52.

SOUZA, M. A. A Geografia Renovada e a compreensão do mundo atual: teoria e método. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 1, n.1, 2021. p. 21-56.

TIRIBA, L.; PROFICE, C. C. Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZAAR, M. H. —Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVI, n. 944, 2011. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.